



APRESENTAÇÃO



DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO BRASIL: ONTEM, HOJE E AMANHÃ



Robson Braga de Andrade

Empresário, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Aproveitando o simbolismo do bicentenário da Independência, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou, ao longo do primeiro semestre de 2022, um ciclo de cinco seminários, com o propósito de estimular reflexões sobre a trajetória do Brasil ao longo dos últimos dois séculos – desde que se tornou uma nação livre e soberana, em 1822 –, assim como sobre os desafios que temos no presente e as perspectivas para as próximas décadas, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Com o tema geral “200 Anos de Independência – a Indústria e o Futuro do Brasil”, os eventos contaram com a participação de 22 especialistas e líderes políticos e empresariais –, que fizeram análises e conjecturas sobre as seguintes temáticas: Evolução Política; Desenvolvimento Econômico & Sustentabilidade; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Industrial, Científico & Tecnológico; e Educação & Cidadania.

Os principais conteúdos dos seminários estão registrados neste livro. Cada um dos cinco capítulos que o compõem sintetiza, na forma de artigos, as ideias e as opiniões externadas pelos palestrantes e debatedores, que contribuíram com seus conhecimentos para o sucesso deste projeto. A produção do livro, assim como dos seminários, teve a curadoria do escritor e professor emérito da Universidade Brasília (UnB) Cristovam Buarque, que já foi senador da República, ministro da Educação e governador do Distrito Federal. Ele assina, também, análises publicadas após cada um dos textos, além de um ensaio, ao final do livro, no qual disserta sobre realizações, fracassos e erros ocorridos durante os 200 anos de Independência, e as missões e janelas de oportunidades que temos até o terceiro centenário, a se completar em 2122.

A indústria não poderia ficar de fora da celebração do bicentenário da Independência, uma vez que o setor sempre desempenhou papel de grande relevância nas transformações ocorridas na sociedade brasileira

A indústria não poderia ficar de fora da celebração do bicentenário da Independência, uma vez que o setor sempre desempenhou papel de grande relevância nas transformações ocorridas na sociedade brasileira, especialmente no desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. Isso pode ser observado na importância dos engenhos de açúcar para a economia do Brasil colonial e das pequenas fábricas instaladas por imigrantes ainda no período imperial. Outro momento marcante

foi o ciclo de industrialização que se iniciou após o advento da República e alcançou seu ápice na década de 1950, com a chegada da indústria automobilística no país, até os dias de hoje, com a incorporação de tecnologias disruptivas e a digitalização dos processos de produção que caracterizam a Quarta Revolução Industrial.

INDÚSTRIA COMO INDUTORA DO PROGRESSO

Historiadores consideram que o início do nosso processo de industrialização remonta de 1808, quando, logo após a chegada da Família Real Portuguesa em território brasileiro, D. João VI assinou dois decretos fundamentais para a inserção do Brasil no contexto internacional, não mais como uma simples colônia, mas como uma nação em vias de tornar-se independente: a carta régia que abriu os portos do Brasil às nações amigas e, por consequência, ao comércio mundial; e a revogação de um alvará que proibia a instalação de manufaturas no país, assinado por sua mãe, D. Maria I, em 1785.

Tais atos foram mais simbólicos do que práticos, pois ainda levaria muitos anos para que os empresários nacionais conseguissem se organizar para vencer

os muitos obstáculos e entraves legais, estruturais e políticos que atrasaram – e, em alguns casos, ainda atrasam – o desenvolvimento de uma indústria forte e competitiva no Brasil. Apenas em 1844, já no Segundo Reinado, quando o então ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, decretou a taxa alfandegária de produtos importados, é que o país lograria iniciar, de fato, o seu primeiro ciclo industrial, após períodos de desenvolvimento baseados na produção e na exportação de produtos primários, como açúcar, borracha, ouro e café.

Essa primeira fase do processo de industrialização do país foi impulsionada pelos altos lucros auferidos por cafeicultores paulistas, que passaram a investir na implantação de fábricas, e pelo espírito empreendedor e conhecimento técnico de imigrantes, que aportaram em grande quantidade por aqui após a Abolição da Escravatura. Foi nesse cenário que emergiu a chamada “Era Mauá” – uma alusão ao Barão de Mauá, como ficou conhecido o empreendedor Irineu Evangelista de Souza, considerado o primeiro grande industrial brasileiro, que investiu em ferrovias, estaleiros, fundições, bondes a vapor e iluminação pública. Nessa mesma época, começaram a surgir lendários sobrenomes da indústria brasileira, tais como Matarazzo, Klabin, Lafer, Villares e Ermírio de

Moraes, entre vários outros –, cujos empreendimentos industriais, em sua maioria, persistem até hoje.

A criação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1938 – articulada por dois dos maiores líderes industriais do Brasil em todos os tempos, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen –, consolidou a criação daquela que hoje, mais de oito décadas depois, é a mais abrangente e expressiva entidade de representação da classe industrial brasileira. Pouco depois, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, que viriam desempenhar um inestimável papel no processo de desenvolvimento não apenas da indústria, mas do país como um todo.

Iniciávamos, então, a era da indústria de base no país, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando foram implantadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Outra icônica empresa industrial, a Petrobras, foi criada em 1953, já no segundo governo Vargas. Com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, ocorreu um expressivo crescimento da indústria de bens intermediários, com destaque para a produção de automóveis. A construção de Brasília, considerada uma síntese do Plano de Metas de JK, também fomentou a

indústria nacional, pois demandou das empresas do setor o fornecimento de diversos materiais e serviços, além de abrir portas para a fronteira agrícola e o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a participação da indústria na economia nacional praticamente dobrou. Em meados da década de 1980, o setor chegou a ser responsável por quase metade do PIB do país. Essa rápida expansão foi resultado da adoção de políticas públicas que incentivaram investimentos do governo e da iniciativa privada em setores estratégicos como energia, transportes, comunicação, siderurgia, mineração e petróleo, entre outros. As medidas governamentais que apoiaram a industrialização seguiam os modelos de desenvolvimento da época e se baseavam na elevação de tarifas de importação e em outros instrumentos de proteção às empresas e aos produtos nacionais. Também continham iniciativas voltadas à atração de indústrias estrangeiras, especialmente daquelas com cadeias produtivas longas, como as do segmento automotivo.

Essas políticas foram decisivas para o crescimento e a consolidação do parque industrial brasileiro que, atualmente, está entre os mais modernos e diversificados do mundo. Somos destaque na produção de alimentos, bebidas, couro, calçados, têxteis, móveis, celulose e papel, além

de diversos outros setores. Temos um segmento de construção pujante, uma mineração forte, uma siderurgia sólida e um setor de petróleo com tecnologia de ponta. Produzimos e exportamos bens de média e alta intensidade tecnológica, como produtos químicos e farmacêuticos, materiais elétricos, veículos automotores, aeronaves, máquinas eletrônicas e equipamentos de transporte e telecomunicações.

AVANÇOS E OBSTÁCULOS NO MEIO DO CAMINHO

Em 200 anos, o Brasil agrário, escravocrata e regido pela monarquia passou a ser uma República, com governos eleitos democraticamente e instituições públicas sólidas. Nos transformamos em um país urbano e industrializado, com uma economia diversificada e modernas relações de trabalho. Também são notáveis os progressos na saúde, na educação, na infraestrutura, na tecnologia e em tantas outras áreas que determinam o desenvolvimento das nações. Exemplos disso são o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a queda da taxa de mortalidade infantil, a universalização do ensino, a redução do analfabetismo e a ampliação das redes de água e esgoto e de telecomunicações.

Graças ao impulso da industrialização, o Brasil ostentou elevadas taxas de crescimento nos primeiros 80 anos do século passado. Nas últimas quatro décadas, entretanto, sucessivas crises econômicas, internas e externas, associadas a antigos problemas estruturais, que elevam o Custo Brasil, vêm inibindo a competitividade e o crescimento do setor. A indústria de transformação, que chegou a ter 27% de participação no PIB, encolheu em média 1,5% ao ano na última década, e representa atualmente cerca de 11%, o que afetou significativamente o desempenho da economia nacional. No mesmo período, em grande parte como consequência desse refluxo do setor industrial, o PIB do país cresceu, em média, apenas 0,3% ao ano.

A desindustrialização precoce e acelerada é grave, sobretudo devido à capacidade que o setor tem de dinamizar a economia e multiplicar riquezas. A cada R\$ 1,00 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,43 na economia nacional. A título de comparação, na agricultura são gerados R\$ 1,75 e nos setores de comércio e serviços, R\$ 1,49. Atualmente, as empresas industriais são responsáveis por 72% das exportações brasileiras de bens e serviços, por 68% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 33% da arrecadação de tributos federais. Além disso, empregam 9,8 milhões de

trabalhadores – o equivalente a um quinto do total de empregos formais do país –, e pagam melhores salários que a média nacional. Também é a indústria que viabiliza grande parte da competitividade dos demais segmentos da economia nacional (agropecuária, comércio e serviços). Produz, por exemplo, maquinários, equipamentos, sementes, fertilizantes e satélites, entre outros insumos essenciais para a alta produtividade da agricultura brasileira.

Por esses e outros motivos, é fundamental o fortalecimento do setor industrial no país, o que requer ações robustas e simultâneas em duas frentes. A primeira é a superação dos antigos obstáculos que elevam os custos das empresas e afugentam investimentos, como o sistema tributário complexo e cumulativo, a infraestrutura precária, a insegurança jurídica e a baixa qualidade da educação. A outra é a adoção de uma política industrial moderna, com visão de longo prazo, que promova a produtividade e a inovação, alinhadas às melhores práticas internacionais. É necessário um modelo que permita às indústrias brasileiras se integrarem às cadeias globais de valor e terem acesso a fornecedores e consumidores de outros países, proporcionando avanços tecnológicos e ganhos de escala na produção.

Necessitamos, ainda, de uma política ambiciosa de apoio à pesquisa, à

ciência e à inovação, para que as empresas e o país se adequem às transformações provocadas pela Indústria 4.0 e pela economia de baixo carbono. Essas duas revoluções que estão em curso no mundo intensificaram a corrida tecnológica e requerem o desenvolvimento de produtos e negócios inovadores, além de diferentes formas de organização da produção. Duas iniciativas, ambas apoiadas pela CNI, se destacam nesse cenário: a *Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI)*, que reúne cerca de 400 dirigentes de empresas industriais, com o objetivo de integrar ações da iniciativa privada com o setor público e a academia; e o *Instituto Amazônia+21*, que busca alternativas para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida naquela região, onde vivem 28 milhões de brasileiros.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE

Com vistas ao terceiro século da Independência, é fundamental, ainda, que sejam tomadas medidas efetivas para reduzir a pobreza e o desemprego, que assombram milhões de famílias em todo o país, bem como para minorar a histórica desigualdade social que, a despeito dos importantes avanços sociais ocorridos ao longo dos últimos 200 anos, ainda hoje é

uma das maiores do mundo. Como bem acentuam vários dos autores que assinam os artigos que compõem este livro, a superação desses desafios passa, fundamentalmente, pela melhoria da qualidade nos vários níveis da educação básica, principal instrumento de promoção da cidadania. Nesse mesmo contexto, é crucial também a ampliação da oferta e a valorização do ensino profissional, como ocorre nos países desenvolvidos, para que nossos jovens se preparem adequadamente para atender às novas exigências do mercado de trabalho e enfrentar os crescentes desafios da era do conhecimento.

Transformar a realidade social do país está entre as principais missões do Sesi e do Senai, que há oito décadas oferecem educação básica e profissional de qualidade a milhões de trabalhadores e jovens, a maioria das classes C, D e E. Desde sua criação, o Senai já formou mais de 80 milhões de brasileiros em cursos que acompanham a evolução tecnológica da indústria, contribuindo, de forma decisiva, para melhorar a empregabilidade de pessoas de baixa renda. Por sua vez, o Sesi tem cumprido, com excelência, a missão de levar educação básica a milhões de pessoas, inclusive para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na infância. A instituição oferece, ainda, serviços de reconhecida qualidade em saúde e segurança no trabalho, áreas fundamentais para a melhoria da

qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Em paralelo, precisamos dar atenção especial ao meio ambiente e às ações de combate às mudanças climáticas. Isso é fundamental para que o Brasil, dono de um patrimônio natural invejável, seja um dos líderes da transição para a economia de baixo carbono. Temos condições de ser, por exemplo, protagonistas mundiais na produção de energia limpa, como a solar, a eólica e o hidrogênio verde. Da mesma forma que nos tornamos o segundo maior produtor global de etanol, a partir da criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. Um plano nacional consistente nessa área pode abrir possibilidades extraordinárias, como o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado a partir da nossa rica biodiversidade. Pode favorecer, também, a criação de negócios inovadores e de empregos de qualidade para os brasileiros e as brasileiras.

Ao realizar o projeto *“200 Anos de Independência – A Indústria e o Futuro do Brasil”*, a CNI reafirma seu compromisso com o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país, de forma ambientalmente sustentável. Acreditamos que, se o “dever de casa” for feito, o Brasil tem tudo para figurar entre as nações mais desenvolvidas do planeta, em um futuro não muito distante – um futuro que traga mais

renda, qualidade de vida e bem-estar para toda a população. A indústria brasileira está pronta para rememorar as conquistas do passado e ajudar na construção de um novo tempo para o nosso país.

Boa leitura!